

## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ALÉM DO MERCADO DE TRABALHO: NOTAS PARA UM DEBATE

Flaviana Gasparotti Nunes<sup>1</sup>

A questão a ser discutida neste texto tem sido uma constante nos vários Encontros Nacionais, simpósios, seminários, Agb's locais, grupos de discussão e mesmo no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação, ou seja, a formação profissional em Geografia e sua estreita relação com o mercado de trabalho é uma preocupação recorrente na Geografia.

Neste sentido, o que iremos trazer para este debate são algumas idéias e elementos que temos pensado e refletido durante nossa convivência com a Geografia, seja na condição de aluna de graduação e pós-graduação ou na condição de professora no ensino superior.

Durante essa convivência com a Geografia, pudemos participar de várias ocasiões em que a formação profissional e o mercado de trabalho foram questões suscitadas no debate geográfico. Além disso, nos últimos anos nossa experiência e proximidade com a questão tem aumentado, tendo em vista o fato de estarmos trabalhando com a disciplina de Prática de Ensino em Geografia I e II e coordenando os estágios da licenciatura do Curso da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) no campus de Marechal Cândido Rondon, o que nos coloca diretamente em contato com uma das possibilidades do dito “mercado de trabalho”.

Acreditamos que para a reflexão sobre esta questão são imprescindíveis alguns pontos/balizas: em primeiro lugar, precisamos questionar e pensar sobre o significado, o sentido de uma formação profissional em Geografia, para depois inserirmos o mercado de trabalho como um elemento importante para essa formação. O que ocorre, na maioria das vezes, e que ao nosso ver é um equívoco, é que o mercado determina o significado e o sentido da formação profissional amputando qualquer possibilidade daquele que está se formando refletir sobre o que quer, o que deseja fazer de tal conhecimento ou formação em relação a si mesmo e à sociedade de forma geral.

Não estamos com isso querendo dizer que o mercado não é importante, que não deve e não precisa ser considerado. Isso seria um “devaneio” à medida em que vivemos numa sociedade e num mundo em que o mercado é o elemento central e afinal de contas, precisamos sobreviver de alguma forma. No entanto, devemos estar atentos para os perigos

---

<sup>1</sup> Professora Assistente do Curso de Geografia da UNIOESTE “Campus” de Marechal C. Rondon-PR e doutoranda em Geografia pela FCT/UNESP/Presidente Prudente. Rua Pernambuco, 1777. Centro. Marechal Cândido Rondon – PR. Caixa Postal 91 - CEP 85960-000. e-mail: flaviananunes@muramet.com.br

e simplificações que podem ocorrer em nome desse mercado, pois em função dele, corremos o risco de perdermos a riqueza daquilo que podemos buscar no sentido de nossa formação profissional.

No caso da Geografia, isso significa não refletirmos sobre o sentido do conhecimento geográfico e seu papel na sociedade, ou seja, não teremos condições de tornar claro para nós e o restante da sociedade a importância da Geografia, para que ela serve. Vejamos como isso pode ser constatado.

A formação em Geografia possibilita duas “habilitações”: a de licenciado (professor) e a de bacharel (técnico). O problema já começa aí: há uma formação direcionada para a pesquisa e outra para o ensino; como se o professor não pesquisasse e não necessitasse dominar técnicas ou o bacharel não necessitasse de conhecimentos pedagógicos<sup>1</sup>. Neste sentido, há dois “mercados de trabalho” para o profissional em Geografia e isso é repetido inúmeras vezes para os alunos de graduação: o licenciado vai “só dar aulas” e o bacharel vai atuar como técnico em órgãos de planejamento, podendo prestar consultorias, entre outras atividades similares.

Sendo assim, o que o profissional faz ou deve fazer é ditado por onde ele vai atuar e por conseguinte, pelo mercado de trabalho. Se o mercado de trabalho regido pela globalização necessita de profissionais que dominem novas tecnologias como o SIG, por exemplo, o profissional deve “correr atrás disso” para não perder seu lugar no mercado de trabalho; o importante é ser competitivo conforme afirma Ferraz (1998, p. 6):

[...] se o mundo está “globalizado” e existem novas tecnologias e aplicações (o SIG, por exemplo) temos que saber, para sermos competitivos no mercado de trabalho e pronto. Não exercemos o papel de pesquisadores na tentativa de contextualizar e vislumbrar alternativas sociais para as inovações tecnológicas. Agimos como criança em frente a um pote de doces – queremos nos lambuzar sem sabermos das conseqüências. Nossa atitude acaba sendo imediatista e vamos reproduzindo nossos vícios – ausência de reflexão e compromisso com a produção do saber – apenas reagimos à lógica do mercado e ao colocado pelo Estado, como se assim agindo pudéssemos comprovar que somos eficientes e competitivos.

A afirmação de Ferraz nos leva a pensar sobre a nociva vinculação existente entre a definição do papel e função do geógrafo na sociedade (ou melhor, no mercado de trabalho) e os limites impostos pelo Estado via legislação, mercado de trabalho ou mesmo o currículo de forma a atrelar a discussão sobre a Geografia à lógica capitalista.

---

<sup>1</sup> Um fato interessante é que muitos dos bacharéis, dos técnicos e pesquisadores acabam tendo o ensino superior como um grande mercado de trabalho, paradoxalmente.

Desta forma, acaba-se por não produzir uma Geografia de fato, mas sim apenas um conhecimento atrelado às necessidades que fogem à sociedade como um todo; não se produz um conhecimento geográfico de fato; não se consegue perceber a especificidade e contribuição da leitura geográfica.

Essa tendência tem se agudizado nos últimos anos, principalmente a partir dos novos referenciais sócio-político-econômicos pautados no neoliberalismo que além do primado do mercado na esfera da economia, também estende este primado para a esfera da sociedade, das relações humanas e da educação.

No campo da educação e em especial do ensino superior, assistimos às reformas da universidade por meio de uma série de medidas e elementos: avaliações, corte de verbas, achatamento salarial, entre outras. Torna-se cada vez mais evidente a relação entre tais medidas e a concepção de universidade que se quer implantar<sup>1</sup>: uma formadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho e não uma universidade que inclusive reflita, critique e aponte soluções para a sociedade. A universidade deve ser apenas e tão somente uma formadora de mão-de-obra qualificada para atender à demanda do mercado tornando o sentido e o significado da formação profissional cada vez mais simplificado.

Tomemos o exemplo do professor de Geografia. Diante dos salários reduzidos e em muitos lugares, da falta de mercado (não há muitas aulas de Geografia disponíveis, pois diminuiu-se a carga-horária da disciplina) a preocupação central para a maior parte dos formandos e alguns formados relaciona-se à busca de novas metodologias, técnicas e recursos didáticos por meio de cursos de capacitação e/ou especialização que os tornem mais “completos”, mais capacitados para poderem competir em melhores condições no já escasso mercado de trabalho. Nesta frenética busca pela capacitação, muitas vezes esquece-se ou não se coloca em questão o próprio papel da Geografia na escola, para que ela serve, afinal.

Neste sentido, um dos grandes problemas que podemos identificar em relação ao ensino da Geografia, relaciona-se ao fato de que nem mesmo para o professor está claro o papel que essa disciplina vem a desempenhar na formação escolar. Para muitos professores a função alfabetizadora da Geografia, ou seja, sua contribuição na alfabetização para a leitura do mundo, do espaço geográfico<sup>2</sup> ainda não foi devidamente evidenciada, não houve uma reflexão neste sentido, pois eles apenas reproduziram conteúdos que ficaram

---

<sup>1</sup> Sobre esta questão há textos bastante interessantes no livro organizado por Héglio Trindade intitulado: *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>2</sup> Uma discussão sobre a função alfabetizadora da Geografia pode ser encontrada em: SANTOS, Douglas. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino de Geografia e PEREIRA, Diamantino A. C. Geografia escolar: conteúdos e/ou objetivos? ambos publicados no Caderno Prudentino de Geografia, n. 17 pela AGB – Seção Presidente Prudente, 1995

circunscritos em si mesmos, o objetivo do ensino foi o de transmitir conteúdos. Mas este é apenas um exemplo dentre outros que poderiam ser citados.

A título de conclusão, faremos uso, mais uma vez, das palavras de Ferraz (2001, p.13):

[...] Temos que deixar claro em que realmente a Geografia atua e contribui, e isso não passa pela análise meramente técnica e instrumental do espaço, ou seja, não devemos ficar correndo atrás do mercado de trabalho segundo os parâmetros que aí estão colocados, mas aproveitar das potencialidades e experiências já produzidas pela Geografia, de forma a consolidar um mercado de trabalho para os geógrafos, seja como professor, seja como bacharel.

Enquanto continuarmos preocupados e voltados única e exclusivamente ao mercado de trabalho como um definidor de nossa formação, perderemos o que de mais rico a Geografia possibilita: o desvendamento das lógicas que produzem o espaço em suas mais diversas materialidades e imaterialidades.

## REFERÊNCIAS

FERRAZ, Cláudio B. O. *A Geografia: legislação, formação profissional e mercado de trabalho*. Vitória da Conquista (BA), Anais do XI Encontro Nacional de Geógrafos, 1998.

\_\_\_\_\_. *Para pensar a Geografia: para além do bacharel e do licenciado*. Presidente Prudente, 2001. (mimeo).